

Falta mais eficiência energética !

DORILEO, Ivo Leandro. "Falta mais eficiência energética!". Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2019.

Paira no ar do setor energético brasileiro, uma extensa e estimulante atmosfera favorável aos investimentos nas formas renováveis de energia e, sincronizadamente, procuram-se condições para competitividade entre os produtores; mas, é verdade, ainda sob tensão, principalmente, regulatória.

A análise de novas estruturas de organização de setores elétricos em países desenvolvidos e em desenvolvimento mostra que esta discussão é assumida de forma integrada entre oferta e demanda no Cenário de Novas Políticas, com vistas à redução da intensidade energética global – crescente no mundo -, pelo menos em 1,8% a.a. no período compreendido entre 2010 e 2035, de acordo com a Agência Internacional de Energia. Entre os países da OCDE, os Estados Unidos são os que obtiveram melhor desempenho de seus níveis de intensidade energética (IE) nas últimas décadas; o Japão e a União Europeia, com avanços tecnológicos notáveis, são as regiões que apresentam os melhores níveis de IE. Todos experimentam casos de políticas e programas de EE bem-sucedidos como acordos voluntários, metas pré-estabelecidas de EE, financiamento da EE através de negócios no mercado de energia pelas distribuidoras etc. Nas demais regiões, a tendência é de aumento da IE, sobretudo nos países da Ásia (parques industriais bastante energointensivos) e Oriente Médio (preços artificialmente baixos de energia). Na América Latina, de forma geral, medidas de eficiência energética (EE), políticas de abatimento de emissão de CO₂ e altos preços de energia tem contribuído para um decréscimo da IE.

O Brasil empreende programas governamentais de EE que incluem a conservação de energia elétrica, de combustíveis, práticas de redução de emissão de CO₂, de incentivos a tecnologias eficientes, P&D&I, com destaque para a meta ambiciosa do Programa Nacional de Eficiência Energética – PNEf de redução de consumo de energia elétrica em 10% até 2030. O resultado histórico do PROCEL mostra que em 2017 foram economizados 4,57% do consumo nacional de eletricidade, contando com investimentos da Eletrobras.

Mas, o que se percebe é uma demanda crescente de combustíveis e de eletricidade no país cuja economia permanecerá dependente de energia primária não renovável de petróleo e gás natural ainda por bom tempo, e cujas produção doméstica e oferta interna são maiores que as da energia renovável; e o consumo final, de derivados de petróleo, de longe, supera as renováveis. Hoje, o modelo de consumo tem-se caracterizado por aumento da intensidade energética total, da ordem de 39,0% nos últimos dez anos, e aumentos significativos da IE também nos setores transportes, serviços e na indústria, notadamente nas energointensivas química, alimentos e bebidas e papel e celulose.

Com efeito, no Brasil existe uma síncriese no setor. A incorporação da eficiência energética ao planejamento, pelo menos quanto ao vigor e à coragem dos programas de incentivo e fomento, inclusive do movimento (nas esferas pública e organizações não-governamentais) jurídico-ambiental e regulatório com vistas a regulamentar os empreendimentos de expansão, não acompanha a política

energética voltada à infraestrutura de geração de eletricidade e da cadeia de petróleo e gás natural. Eis o problema: a EE é mais difícil de ser implantada porque a oferta de energia é favorecida em detrimento do serviço de energia.

A principal estratégia para EE tem sido realizada através de investimentos públicos que são, em grande parte, direcionados para as oportunidades nos usos finais de eletricidade; e no período 2013 a 2017 foram desembolsados em R\$ 111,91 bilhões. Pelo lado da oferta foram investidos R\$ 94,7 bilhões no mesmo período. Com a lei nº 13.280/2016 R\$ 63 bilhões foram empenhados para o PROCEL em 2017, captados das concessionárias de distribuição. Os resultados, não obstante os ganhos setoriais, não tem trazido suficiente economia nem redução da intensidade energética global, nem tem proporcionado benefícios líquidos a todos os consumidores – que comprometem boa parte da renda com eletricidade -, homoganeamente no território nacional, reconhecendo-se as barreiras e as complexidades do sistema energético e da economia brasileira.

Aplicar recursos de todos os setores da economia, onde há ineficiência no uso da energia, constitui medida exemplar e indispensável para uma estratégia energética em bases sustentáveis; esses atores-consumidores devem participar através de diretrizes mandatórias de investimentos e com objetivos claros de redução da intensidade energética com planos quinquenais, por exemplo. Redefinir mecanismos de implementação de EE adequados para o Brasil, no âmbito de políticas públicas, com foco no potencial de economia ainda possível, é outra condição para consolidar um contínuo processo de melhoramento.

Há, portanto, um trade-off em evidência: os recursos de oferta e de demanda precisam estar em pé de igualdade para se atingir objetivos de um planejamento que convive com desafios sociais, econômicos, políticos e ambientais, permitindo maior flexibilidade e diversidade para lidar com incertezas, riscos e mais atenção com o meio ambiente. É necessário almejar resultados efetivos de conservação nos complexos núcleos de cada setor da economia, assumindo esta questão como intrínseca a uma política global de natureza social, econômica e ambiental.

Ivo Leandro Dorileo é Presidente da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético